

OS DEBATES METODOLÓGICOS NA INGLATERRA NAS DÉCADAS DE 1870 E 1880: O DESAFIO HISTORICISTA À ECONOMIA POLÍTICA

Autora: Laura Valladão de Mattos

Filiação: Departamento de Economia FEA-USP

Resumo:

Esse artigo analisa um debate, ocorrido nas décadas de 1870 e 1880, que se seguiu a fortes críticas lançadas por dois economistas historicistas, Thomas Cliffe Leslie e John Kells Ingram, à natureza dedutiva, abstrata e universalista da Economia Política. O objetivo desses economistas era substituir essa ciência por uma Economia de caráter indutivo e histórico. Walter Bagehot e William Stanley Jevons – defensores, respectivamente, da ortodoxia vigente e do marginalismo emergente – reagiram diretamente a esses críticos. A resposta de Bagehot foi reafirmar o método dedutivo da Economia Política, porém restringir a validade dessa ciência às sociedades comerciais avançadas como a Inglaterra. A reação de Jevons foi enfatizar a natureza dedutiva e universal da teoria econômica, mas defender a importância da existência de ramos de históricos e aplicados de investigação. Argumenta-se que, o desafio historicista colocou as questões metodológicas na ‘ordem do dia’ e fez com que esses economistas atribuíssem um ‘lugar’ para a história – ainda que não aquele almejado por Leslie e Ingram. Analisar esse debate metodológico permite uma compreensão melhor das alternativas que se apresentavam para a Economia ao final do século XIX e pode, quem sabe, jogar luz sobre os rumos que a nossa ciência tomou nas primeiras décadas do século XX.

Palavras-chave: Cliffe Leslie, John Ingram, Stanley Jevons, Walter Bagehot, historicismo

Abstract:

This paper analysis a debate that occurred in the 1870's and 1880's as a consequence of the challenge that two historicist economists – Thomas Cliffe Leslie and John Ingram – posed to the deductive, abstract and universal nature of Political Economy. The aim of these economists was to replace the deductive science of Political Economy for an inductive and historical science. Walter Bagehot and William Stanley Jevons – representing respectively the prevailing orthodoxy and the emergent marginalism – reacted directly to these critics. Bagehot's answer was to reaffirm the deductive method of Political Economy, and to restrict its validity to advanced commercial societies as England. Jevons's reaction was to emphasize the deductive and universal character of economic science, but at the same time defend the necessity of developing historical and applied branches of economic investigation. It is argued that the historicist challenge placed methodological questions in the ‘order of the day’ of economic discussions, and led Bagehot and Jevons to ascribe a ‘place’ for history – although not the one aspired by Leslie and Ingram. The analysis of this debate helps us to understand better the alternatives that existed for Economics in the late nineteenth-century, and might shed light on the direction that our science followed in the first decades of the twentieth-century.

Key-words: Cliffe Leslie, John Ingram, Stanley Jevons, Walter Bagehot, historicism

Código JEL: B1; B15; B5

ANPEC: ÁREA 1- História do Pensamento Econômico e Metodologia

I. Introdução:

Quando pensamos no que ocorreu em termos de pensamento econômico nas últimas décadas do século XIX na Inglaterra, em geral, o que vem à mente são as críticas lançadas pelo marginalista William Stanley Jevons à Economia Política Clássica e depois a grande obra econômica de Alfred Marshall, que ‘enterrou’ definitivamente a ortodoxia Clássica e deu início a uma nova forma de fazer Economia.

Essa narrativa está correta, mas perde de vista o fato de que aproximadamente vinte anos separam as publicações de *A Teoria da Economia Política* de Jevons em 1871 e dos *Princípios de Economia* de Marshall em 1890 – período de muitas controvérsias entre os economistas, e no qual o futuro da nossa ciência parecia indefinido.¹

Nas décadas de 1870 e 1880, a Economia Política Clássica foi desafiada não somente pelo projeto de Jevons de construção de uma teoria econômica dedutiva e matemática baseada na utilidade e no interesse individual, mas também por economistas historicistas, cujas críticas e propostas contestavam tanto a ortodoxia vigente, como a emergente economia marginalista.

Houve, assim, nesse período um embate não entre duas, mas entre três visões bastante diferentes de Economia. De um lado, a ortodoxia Clássica, de outro, as duas escolas rivais que buscavam substituí-la (KOOT, 1980:179). E, pelo menos por um tempo, os historicistas pareciam levar a melhor. Como sugere Maloney: “[...] *entre os seus dois herdeiros em potencial, marginalismo e historicismo, eram os historicistas que estavam em sintonia com o clima intelectual geral da época.*” (MALONEY, 2008:1).²

Esse artigo se propõe a analisar um debate que se seguiu ao desafio lançado por dois economistas historicistas, Thomas Cliffe Leslie e John Kells Ingram, em meados da década de 1870, às vertentes dedutivas da economia. Eles criticaram a pretensão universalista da ciência da época, o seu método de investigação, e as políticas que os economistas defendiam usando por base o conhecimento fornecido pela ciência abstrata da Economia e defenderam substituí-la por uma ciência indutiva e histórica da Economia. Evidentemente muitos de seus contemporâneos simplesmente ignoraram essas ideias e continuaram a defender, sem alterações, os métodos até então utilizados pela Economia Política. No entanto, dois importantes economistas da época, Walter Bagehot e William Stanley Jevons – defensores, respectivamente, da ortodoxia Clássica e do marginalismo – reagiram diretamente a esses críticos. A resposta de Bagehot foi a de, por um lado, reafirmar a Economia Política Clássica e seu método de investigação, mas por outro, restringir a sua validade às sociedades comerciais avançadas como a Inglaterra. Jevons, por sua vez, propõe subdividir o campo da Economia e, ao mesmo tempo em que reafirma a natureza dedutiva e universal da teoria econômica

¹ Como aponta Coats (1954), essa intensa divergência se revelou de forma explícita em um jantar comemoração ao centenário da publicação da *Riqueza das Nações* (em 1876) realizado no Clube de Economia Política. A falta de consenso no jantar era tanta que, segundo Jevons, “[a]lguns jornais sugeriram [...] que os economistas políticos deveriam estar celebrando as exéquias e não o jubileu de sua ciência” (JEVONS, 1876: 619).

² Phyllis Dean também ressalta a força do historicismo na época: “Na década de 1870, a comunidade intelectual dos economistas [...] não era nem um pouco receptiva à noção de que o primeiro passo em direção a um consenso científico genuíno seria a construção de uma teoria geral e matemática do valor. Pelo contrário, ela estava mais abalada pelos ataques [...] que vinham da direção oposta, isto é, dos historicistas, que acusavam os economistas de serem muito abstratos e irrealistas nas suas teorias e procedimentos analíticos. (DEAN, 1989:130). A autora ressalta o enorme prestígio desfrutado pela História na época, o que reforçava as demandas de que a Economia deveria adotar o mesmo método que estava tendo sucesso nessa disciplina (Dean:1989:132).

propriamente dita, defende a importância da existência de ramos de históricos e aplicados de investigação econômica. Assim, argumenta-se no artigo que, apesar dos dois rechaçarem a maior parte das ideias historicistas, o desafio por eles lançado fez com que atribuíssem um ‘lugar’ para a história – apesar de não aquele almejado por Leslie e Ingram.

Embora muito relevante na época, e muito interessante ainda hoje, esse episódio foi relativamente pouco tratado pela literatura secundária – principalmente se comparado à enorme atenção dada à reação marginalista à Economia Política Clássica e ao *methodenstreit* alemão.³ Acredita-se que analisar esse debate metodológico nos permite compreender melhor as alternativas que se apresentavam para a Economia ao final do século XIX e, quem sabe, jogar luz sobre os rumos que a nossa ciência tomou nas primeiras décadas do século XX.

O artigo está dividido em quatro seções além dessa introdução. Na seção II, as críticas dos historicistas Cliffe Leslie e John Ingram à ortodoxia vigente serão expostas. Na seção III, as respostas de Walter Bagehot e de Stanley Jevons a esse desafio serão analisadas. E, por fim, na seção IV, algumas considerações sobre as consequências dessa controvérsia para os rumos da Economia serão apresentadas.

II. As críticas historicistas à Economia Política:

II. I. Contexto histórico:

Antes de abordarmos as críticas dos historicistas, é importante expor, ainda que rapidamente, o contexto não qual elas surgiram e o que estava em jogo nessa ‘batalha dos métodos’.

A denominação de ‘escola histórica inglesa’ não é totalmente adequada, uma vez que os seus dois principais protagonistas no período em análise, Thomas Edward Cliffe Leslie e John Kells Ingram, eram irlandeses. E não foi mero acaso que o historicismo de língua inglesa tenha se originado nesse país.

A Irlanda tinha uma condição social e econômica muito diferente daquela existente na Inglaterra e, no entanto, era administrada por esse país de acordo com princípios e preceitos econômicos derivados tendo em vista a realidade inglesa e não as especificidades da sociedade irlandesa (Hodgson, 2001:65/67).

Em nome das ‘leis universais da Economia Política’, foram implementadas políticas que levaram a resultados desastrosos na Irlanda e culminaram na grande fome irlandesa de meados do século XIX – calamidade social que matou aproximadamente um milhão de pessoas e fez com que mais de dois milhões de irlandeses deixassem o país (Gray, 1995: 94 e Kinzer, 2001: 89). E o apelo aos mesmos ‘princípios econômicos’ era utilizado, igualmente, para rechaçar reformas econômicas e sociais que, segundo a visão de muitos irlandeses, poderiam equacionar os enormes problemas do país. Assim, como explicita Koot, “[a escola histórica inglesa] *teve sua raiz na busca de soluções os problemas sociais e econômicos da Irlanda – problemas para os quais a economia ortodoxa britânica não parecia oferecer uma solução*” (KOOT, 1975: 336).

No centro do desafio historicista estava, portanto, um questionamento da pretensa ‘universalidade’ dos princípios da Economia Política Clássica. Rejeitava-se a pertinência de transpor os princípios desenvolvidos tendo em vista a Inglaterra para outras sociedades, como a irlandesa, com cultura, hábitos, história e características econômicas e sociais diferentes (Hodgson, 2001: 67).

Quando analisamos o seu contexto de origem, fica claro que, apesar de o embate dos historicistas com a ortodoxia econômica ter se dado basicamente em termos

³ Há, no entanto, uma reduzida literatura secundária sobre o tema (apesar de muitas vezes tratar apenas de alguns dos aspectos a serem aqui abordados) que será extensamente utilizada ao longo do trabalho.

metodológicos, havia muito mais em jogo. Colocava-se em dúvida, principalmente, se a ciência econômica dedutiva e abstrata que era desenvolvida pela ortodoxia vigente seria um bom fundamento para formulação de preceitos e políticas. Com apontam Collini *et all*:

[...] era, acima de tudo, o seu papel de comando nas discussões de assuntos públicos que fazia da Economia Política algo pelo qual tão claramente valia a pena lutar, e era o entendimento deste papel que os economistas históricos tentavam, acima de tudo, alterar” (COLLINI *et all*, 1983: 274/5).

E esses questionamentos mais gerais, sobre a universalidade dos princípios e dos preceitos da economia política clássica fundamentaram-se em uma radical crítica à metodologia adotada pela ortodoxia vigente.

II.2. Crítica dos historicistas ao método dedutivo e abstrato da ortodoxia clássica:

O radical desafio metodológico dos historicistas teve como alvo central a natureza dedutiva e abstrata dessa ciência. Eles questionaram a ambição de se construir uma ciência separada (e autônoma) da Economia Política e rejeitaram a possibilidade de utilizar o conhecimento abstrato e a-histórico fornecido por essa ciência como fundamento para a formulação de políticas econômicas.

A economia ortodoxa – que ainda tinha como seu principal nome J.S.Mill – fundava a sua ciência em um pequeno conjunto de motivações humanas, conhecidas por introspecção, e consideradas universais.⁴ Partia-se da ideia de que na esfera dos assuntos econômicos, os homens eram prioritariamente motivados pela busca da riqueza e por duas motivações que perpetuamente a ela se contrapunham, o desejo de consumir coisas dispendiosas e a aversão ao trabalho (Mill, [1844], 1967: 321). Esses economistas sabiam que outras motivações também afetavam a ação econômica dos homens, no entanto, consideravam que a preponderância desse conjunto de motivações era grande o suficiente de forma a justificar estudo dos resultados que seguiriam caso essas fossem as únicas motivações em ação – com esse argumento justificavam a ciência separada e dedutiva da economia (MILL, [1844], 1967:323). Tendo, desta forma, como base essa hipótese comportamental, a ciência da Economia Política chegava às suas leis e princípios.

Uma vez que os resultados da ciência eram obtidos considerando apenas algumas (as mais importantes) das motivações que efetivamente determinavam o comportamento econômico, ela seria uma ‘ciência abstrata’. Ela afirmaria apenas tendências. Não seria de se esperar uma concordância exata entre os resultados da ciência e a realidade, já que a ciência propositadamente omitia uma série de fatores – as ‘causas perturbadoras’ – que poderia ser relevante no caso em questão.

Assim, a Economia Política ortodoxa era concebida como uma ciência abstrata, dedutiva e autônoma – que tinha como fundamento uma abstração que ficou conhecida como o ‘homem econômico’. Contra essa concepção, os historicistas propunham uma ciência indutiva, histórica e muito proximamente articulada com a Sociologia. Como descreve Bladen: “*J.K.Ingram e Cliffe Leslie [...] queriam reconstruir a Economia sobre uma base indutiva e observacional*” (BLADEN, 1941: 2). Ou seja, consideravam que o método indutivo deveria ser usado para se chegar aos próprios ‘princípios’ da ciência.⁵

⁴ Nesse artigo não se visa discutir o método defendido por J.S. Mill e aceito pela maior parte dos economistas políticos clássicos. A estratégia é enuncia-lo de forma rápida para que as críticas dos historicistas se tornem inteligíveis. Para a formulação de Mill sobre a metodologia da Economia Política ver Mill([1844], 1967).

⁵ Como descreve Tribe, contra a pretensão da Economia Clássica, os historicistas apresentavam um: “[...] projeto de construção de uma ciência histórica indutiva, na qual a diversidade das circunstâncias

No centro do desafio historicista estava uma crítica a abstração ‘homem econômico’, a partir da qual eram obtidas as leis de funcionamento e os princípios econômicos. Inclusive quem cunhou o termo – que tinha na sua formulação um sentido pejorativo – foi o historicista John Ingram. Ele acusa a Economia Política de “[...] *lidar não com homens reais, mas com homens imaginários – ‘homens econômicos’ ...concebidos como meros animais acumuladores de dinheiro*” (INGRAM, apud PERSKY, 1995:222).

Cliffe Leslie, que deu o pontapé inicial ao *methodenstreit* inglês na década de 1870 (KOOT, 1975:313), centra fogo no pressuposto comportamental assumido pela ortodoxia da época – que, no seu entender seria “[...] *um estereótipo psicológico irreal, totalmente incapaz de sustentar a pirâmide de deduções lógicas jogadas sobre ele [...]*” (LESLIE apud MALONEY, 2008:2).⁶

Um primeiro problema seria o fato de o desejo de riqueza – motivação básica da economia política – ser na verdade uma abstração que agregava várias motivações significativamente diferentes como se fossem uma única motivação homogênea (Leslie, 1876: 186). A esse respeito o autor afirma:

Nenhum tal princípio como ‘o desejo de riqueza’, no sentido de uma única motivação universal, cujas consequências são uniformes e previsíveis, realmente existe (LESLIE, [1879], 1888: 198).⁷

Ele acreditava que ‘riqueza’ abarcava uma variedade muito grande de coisas e que a forma específica de riqueza que seria buscada e as consequências que disso derivariam em termos da produção e da distribuição do produto variavam de forma significativa ao longo da história (Leslie, [1879], 1888: 199):

No que concerne a natureza da riqueza [...] diferenças essenciais em seu tipo e constituintes, que afetam profundamente as condições econômicas da humanidade, manifestam-se em diferentes estágios de progresso, e cujas causas devem ser buscadas na totalidade do estado de sociedade – física, moral, intelectual e civil (LESLIE, 1876: 189).

E no que concerne à distribuição dessa riqueza, Leslie acredita que é “[...] *resultado não só da troca, mas também das ideias e sentimentos morais religiosos e familiares, e de toda a história da nação.*” (LESLIE, 1876:189).

Ao ignorar esses aspectos, e tratar ‘desejo por riqueza’ como algo homogêneo e imutável, a economia política dedutiva deixava de fazer as perguntas que os historicistas consideravam as mais relevantes. Como, por exemplo, qual seria o tipo de riqueza buscada em determinada época e local? Como ela era adquirida e utilizada? Como esses fatores variavam em diferentes estados de sociedade, e com diferentes instituições e circunstâncias históricas? E fazia com que se ignorasse o próprio efeito das instituições e da sociedade sobre o próprio desejo de riqueza dos homens:

Os próprios desejos e objetivos [*wants and aims*] sumarizados no ‘desejo de riqueza’ surgem não de propensões inatas, originais e universais do homem individual, mas da comunidade e sua de história (LESLIE, [1879], 1888: 212).

econômicas fosse adequadamente reconhecida. Assim, o que une todas essas preocupações com o projeto de uma economia histórica [...] é uma lealdade a uma abordagem indutivista e empiricista à teoria econômica, e uma hostilidade à economia dedutiva [...]”(TRIBE: 2002: 1).

⁶ “*O ser humano ou ‘indivíduo’ a partir de cujas tendências assumidas as conclusões do sistema dedutivo são traçadas e suas predições feitas, é uma ficção e não uma realidade – a personificação de duas abstrações, o desejo por riqueza e a aversão ao trabalho – sentimentos que diferem [...]* em diferentes países, épocas e pessoas [...]”(LESLIE, [1879], 1888: 207).

⁷ As motivações envolvidas têm caráter diverso em diferentes épocas: “[t]anto os desejos pelos quais as riquezas de diferentes tipos são objetos, como os desejos que competem com eles são, em todas as nações, resultado de seu curso histórico e seu estado de civilização” (LESLIE, 1876: 177/8)

Na concepção historicista, o presente só poderia ser compreendido à luz do passado e havia, assim, uma enorme ênfase no estudo da evolução dos fenômenos econômicos (KEYNES, [1890] 1985: 80/81).⁸ E a economia dedutiva perderia de vista totalmente essa dimensão histórica do comportamento econômico, ou seja, as diferenças existentes entre diversos países e épocas no que concerne ao que é efetivamente desejado como riqueza, como ela é produzida e como é distribuída e sobre como essas coisas evoluíram ao longo do tempo deixando a sua marca no presente (Leslie, 1876:189). Como ressalta Ingram:

Segue [...] de seu método *a priori* e a-histórico que eles chegam a resultados que alegam ser aplicáveis a todos os estados de sociedade. Ao negligenciarem o estudo do desenvolvimento histórico, eles tendem em medida excessiva a conceber a estrutura da sociedade como um tipo imutável [...] (INGRAM, 1878: 24).⁹

Ingram, resumindo e subscrevendo as ideias de Leslie afirma:

O ponto sobre o qual o Sr. Leslie insiste [...] não é meramente [...] que a frase desejo por riqueza representa uma generalização grosseira e rudimentar na história natural do homem; mas que vários impulsos incluídos sob esse nome assumem formas diferentes e variam na sua força relativa e, portanto, produzem consequências econômicas diversas em diferentes estados de sociedade; e que a abstração incorporada na frase é por demais vaga e irreal para ser utilizada em uma investigação econômica de caráter realmente científico (INGRAM, 1878: 15/16).

Outra crítica importante, também relacionada à utilização do ‘homem econômico’, diz respeito à própria possibilidade de existência de uma ciência separada e dedutiva da Economia Política. Ingram e Leslie, cada um à sua maneira, frisam a tremenda interdependência existente entre os fenômenos econômicos e os demais fenômenos sociais – o que traria problemas adicionais para o procedimento adotado pela ortodoxia econômica da época de fundar a ciência econômica apenas nas motivações relacionadas ao desejo de riqueza.

Leslie, um pouco menos radical que Ingram, admite a legitimidade de selecionar os fenômenos econômicos como objeto de estudo, mas enfatiza a importância de fatores morais, religiosos, afetividades familiares, militares, etc. na própria ação econômica do homem:

O que chamamos de forças econômicas não só estão conectadas às forças que são também morais e intelectuais, como são idênticas a elas. Os desejos que governam a produção, a acumulação, a distribuição e o consumo da riqueza são paixões, apetites, afeições, sentimentos morais e religiosos, sentimentos pela família, gostos estéticos e desejos intelectuais (LESLIE, 1876: 177/8).

⁸ Leslie frisa esse ponto: “*Todo estado sucessivo [successive state][...] tem uma economia indissolúvelmente conectada com o desenvolvimento intelectual, moral e civil; e a condição econômica da sociedade inglesa hoje é o resultado de todo o movimento que desenvolveu a constituição política, a estrutura da família, as formas de religião, as profissões aprendidas, as artes, a ciência, e o estado da agricultura, manufatura e comércio. O método filosófico da economia política tem que ser tal que exponha essa evolução*” (LESLIE, 1876:190).

⁹ Sobre universalismo da economia clássica inglesa, o autor afirma: “*A verdade é que na maior parte das asserções dos teoremas econômicos pela Escola Inglesa, a prática é pressupor tacitamente que o estado de desenvolvimento social e as condições históricas e sociais gerais são similares aos da Inglaterra moderna [...]*” (INGRAM, 1878: 25). Ressalta ainda: “*O caráter absoluto da economia política atual é evidenciado não só por sua negligência da influência do estado geral da sociedade, mas também pela forma ilimitada e incondicional que dá à maior parte das suas conclusões*” (INGRAM, 1878: 15).

A ortodoxia clássica também admitia que fatores extra-econômicos afetavam a ação econômica dos homens, todavia considerava que a sua consideração só seria relevante na hora de aplicar os princípios da ciência à prática. Nesse caso, seria sim necessário levar em conta os fatores que, no caso específico em questão, colaborariam, ou se contraporiam à busca de riqueza, afetando desta forma os resultados. No entanto, a consideração destes seria relevante para somente para a ‘arte’ da economia, mas não para a ciência.¹⁰

Os historicistas, ao contrário, consideravam que múltiplas motivações seriam importantes para explicar a ação econômica e seria incorreto e radicalmente ‘não-científico’ “[...] *isolar uma única força, mesmo que seja real [...] e chamar as deduções a partir dela de leis da riqueza*” [...](LESLIE, [1879], 1888:212). Como afirma Leslie afirma:

[...] a economia política é, portanto, um departamento da ciência da sociedade que seleciona uma classe especial do fenômeno social para investigação especial, mas para esse propósito deve investigar todas as forças e leis que a governam (LESLIE,[1879], 1888: 212, grifo adicionado).

Para esses economistas, o tratamento da questão deveria ser realista (e não abstrata) e, nesse sentido, mesmo na esfera da ciência econômica, se deveria lidar com toda a natureza do homem. Como descreve Neville Keynes ao tratar dessa vertente:

[...] o economista deveria somente de forma muito parcimoniosa, se é que deveria, [*if at all*], empreender uma abstração das realidades complexas da vida econômica real, e conseqüentemente, deveria[...] lidar não com um ‘homem econômico’ abstrato [...] mas com os homens tais como eles realmente são, movidos por diversas motivações e influenciados pelas condições reais da época e sociedade em que vivem. [...] (KEYNES, [1890], 1965:80).

A conclusão desses historicistas era a de que o estudo dos fenômenos econômicos não poderia ser empreendido, *nem em um primeiro momento* de forma autônoma ou separada, e que a investigação econômica deveria feita, quando muito, como um ramo da Sociologia. Ingram, discípulo de Auguste Comte, chega a dizer que a Economia deveria ser subsumida nessa ciência da sociedade.¹¹ De toda forma, para esses dois historicistas, como afirma Zouboulakis:

A abstração do ‘homem econômico’ não era uma base razoável para analisar o fenômeno econômico e o desejo de riqueza, tal como qualquer outro motivo específico não é suficiente para sustentar uma ciência separada da economia (ZOUBOULAKIS, 2008: 97).

Seria impossível ter um conhecimento a priori (ou intuitivo) de todas as outras motivações que influenciam a conduta humana, sobre o peso relativo destas motivações e sobre todas as mudanças que ocorrem nesses fatores ao longo do tempo.¹² Chegar nesse conhecimento exigiria uma cuidadosa e extensiva pesquisa indutiva e histórica de

¹⁰ Os historicistas obviamente não compartilhavam essa visão. Ingram, por exemplo, a esse respeito afirma: “*Para os propósitos tanto da teoria como da prática os vários ramos da investigação social estão inseparavelmente entrelaçados [...]*” (INGRAM, 1878:12).

¹¹ Ele afirma: “[...] *me parece que seja como um ramo frutífero de especulação, ou como importante fonte de orientação prática, ela [a economia política] deixará de comandar, ou fracassará em reconquistar, atenção [...] a não ser que, de fato, seja subsumida a Sociologia e absorvida por ela* (INGRAM, 1878: 14).

¹² Para Leslie os seguidores da economia dedutiva se encontram diante de um dilema: Ou admitem que homem é apenas motivado por riqueza “[...] *ou devem aceitar que possuem um conhecimento intuitivo de todas as motivações morais, políticas e outras que influenciam a conduta humana, e de todas as mudanças pelas quais elas passam em diferentes países e períodos*” (LESLIE, [1879], 1888: 202) – o que obviamente não é factível.

forma a se chegar aos que princípios se faziam importantes naquela sociedade e naquela época específica para a ação econômica. Desta forma, só depois de uma observação empírica sistemática dos fenômenos econômicos e da sua histórica e é que seria possível generalizar e se chegar a 'princípios'. E mesmo estes princípios não seriam universais, e sim pertinentes à situação histórica específica para a qual foram formulados.

Assim, era um estudo histórico e indutivo cuidadoso que deveria fornecer as bases de uma economia aplicada, capaz de servir de guia para a intervenção social (Koot, 1975: 336), e não o conhecimento fornecido pela doutrina econômica vigente. Em referência a Leslie, Koot afirma:

[...] ele acreditava que um paciente tratamento histórico, comparativo e estatístico dos assuntos econômicos [...] era o único caminho verdadeiro de criar uma economia política capaz de servir de guia para a formulação de políticas públicas (KOOT, 1980: 183).

Não que Cliffe Leslie fosse, a rigor, contra utilização do método dedutivo. Ele criticava a Economia Política por utilizar como base para as suas deduções princípios que eram simplesmente 'assumidos', sem o necessário estudo empírico prévio. Cliffe Leslie afirma em nome dos historicistas:

Nós somos [...] pela eliminação do método dedutivo de Ricardo: quer dizer, da dedução a partir de hipóteses não verificadas [...]. Porém não somos contra a dedução a partir de generalizações e princípios verificados, ainda que consideremos a tarefa urgente do presente como sendo a indução, e encaremos longas sequências dedutivas com suspeição (LESLIE [1879], 1984).

De toda forma, seria o trabalho indutivo que forneceria as bases para ciência (Bladen, 1941:23).¹³ Desta forma, eles defendem a precedência do método indutivo, fazendo extenso uso da história.¹⁴

O ataque dos historicistas à economia política foi, portanto, bem radical. Eles criticavam o seu método, o seu escopo, a universalidade das suas conclusões e a própria possibilidade de uma ciência autônoma da Economia Política. Exigiam um estudo cuidadoso, indutivo e histórico, que considerasse as especificidades locais e engendrassem, depois de um estudo detalhado, princípios pertinentes às diferentes situações históricas.¹⁵ Somente depois desse estudo realista, e detalhado das características históricas, culturais, institucionais e políticas seria possível chegar às leis

¹³ Em uma bela descrição que resume, no meu entender, bem a posição dos seus colegas historicistas, Herbert S. Foxwell afirma: “[eles] se interessam comparativamente pouco pelas deduções, pois eles acreditam que os fatos não foram ainda observados de forma cuidadosa, que as hipóteses só têm uma relação remota com os fatos, que os fatos em si estão em processo de evolução e mudança e que a natureza e a direção dessa evolução social são objetos de estudo muito mais importantes do que deduções elaboradas e complicadas [...] eles se opõem ao dogmatismo arrogante e dogmático que se apoia em generalizações grosseiras e sobre uma base limitada de observação [...]” (FOXWELL, 1887:89).

¹⁴ Como muito do que foi dito por esses dois historicistas ficou no nível programático, não é fácil vislumbrar o tipo de Economia que resultaria da concepção historicista. Collini *et al*, no entanto, fazem esse exercício no que concerne as propostas de Leslie: “[...] Especificada de forma abstrata, parece que resulta em uma sociologia histórica vagamente concebida, na qual os arranjos econômicos são relacionados a mudanças nos gostos, nos valores religiosos e morais, nos arranjos políticos e legais e assim por diante.” (COLLINI *et al*, 1983: 264).

¹⁵ Ingram resume as suas propostas para a Economia Política da seguinte forma: “1) Que o estudo dos fenômenos econômicos deve ser combinado de forma sistemática com aquele de outros aspectos da existência social. 2) Que a tendência excessiva à abstração e à simplificações irrealis deve ser revertida; 3) Que o método dedutivo a priori deve ser substituído pelo histórico e; 4) Que as leis econômicas e os preceitos práticos fundadas naquelas leis devem ser concebidas e expressadas numa forma menos absoluta [...]” (INGRAM, 1878: 26).

econômicas específicas daquela nação e formular políticas adequadas para sanar os problemas daquela sociedade em particular.¹⁶ Como resume Koot:

Para combater o falso universalismo da economia ortodoxa, Leslie promoveu a posição historicista de que políticas econômicas, instituições e teorias deveriam ser relativas a uma época e uma localidade específica [...] (KOOT, 1980:183)

III. As respostas da economia clássica e marginalista ao desafio historicista: O caso de Walter Bagehot e Stanley Jevons:

O ataque historicista suscitou várias respostas dos defensores de uma economia dedutiva ao longo das décadas de 1870 e 1880. Dentre elas, duas parecem ser especialmente interessantes: as de Walter Bagehot e de William Stanley Jevons. Eles se posicionaram de forma original em relação às várias questões metodológicas que os historicistas conseguiram colocar na ‘ordem do dia’. Como será visto, eles tomaram posição em relação à questão da universalidade/contingência dos pressupostos da ciência economia, em relação ao método adequado à ciência (dedução/indução), a respeito da possibilidade de estudo autônomo da economia política, no que concerne a relação entre a ciência e a prática, e em relação a outras questões levantadas pelos historicistas. E, com isso, acabaram por designar um lugar para a ‘história’ na reflexão econômica.

III.1. A reação de Walter Bagehot:

Walter Bagehot elaborou as suas posições metodológicas como uma reação direta ao ataque historicista à Economia Política Clássica e o risco que ele representava ao prestígio da escola à qual se filiava (Moore, 1996: 229 e 245). Bagehot era um grande admirador de Ricardo e defensor do método dedutivo na economia, mas o seu engajamento no ‘batalha de métodos’ contra os historicistas acabou gerando uma posição original no que concerne ao *status* da Economia Política ortodoxa (Zouboulakis, 1999: 79).

Bagehot se via como um defensor da ortodoxia econômica e considerava a Economia Política muito importante para resolver os problemas da Inglaterra. Mostrou-se, portanto, preocupado, com a rápida e intensa perda de prestígio que essa ciência estava sofrendo e com aumento da descrença do público no que concerne a sua relevância. Em 1876, ele afirma:

[...] a posição da nossa Economia Política não é de todo satisfatória. Ela se encontra morta na mente do público. Não só ela não excita mais o mesmo interesse de antes, como também não desperta mais a mesma confiança. (BAGEHOT, [1876], 1882: 92/3).

O interessante é que, no intuito de ‘salvar’ a economia política ortodoxa, ele aceita parte das críticas dos historicistas, especialmente no que concerne à pretensão de universalidade da economia política vigente, e apresenta uma versão que alguns consideram extremamente relativista dessa teoria.¹⁷

Bagehot parte do reconhecimento de que a perda de prestígio era culpa dos próprios economistas ortodoxos. Essa ciência era apresentada “[...] não como uma teoria das principais causas que afetam a riqueza em certas sociedades, mas como uma

¹⁶ Maloney afirma que um dos pontos que unem os historicistas era a “[...] determinação em enfatizar que nenhuma teoria ou política poderia ser apropriada para todas as épocas e lugares, e a convicção de que tanto a economia clássica como a neoclássica eram muito abstratas para fornecer ao Estado ou ao cidadão alguma ajuda prática [*much practical help*]” (MALONEY, 2008:sp)

¹⁷ Como explica Moore: “[...] A forma extrema de relativismo de Bagehot foi articulada como uma resposta ao crescimento do movimento historicista, e ao desafio que eles representavam para as doutrinas ortodoxas. (MOORE, 1996: 245).

teoria da principal causa ou, as vezes mesmo, de todas as causas que afetam riqueza em todas as sociedades.”(BAGEHOT, [1876a], 1882: 105).¹⁸ Ele ressalta que os bons economistas admitiam a existência de ‘fricções’ ou ‘causas perturbadoras’ que podiam contrabalançar os efeitos das causas consideradas pela ciência econômica. No entanto, mesmo estes, deixavam os seus leitores com a impressão de que essa ‘fricção’ seria algo secundário e que aquelas causas apontadas pela ciência seriam as principais e as mais relevantes (Bagehot, [1876 a], 1888: 105).

Nas sociedades comerciais avançadas (como a Inglaterra), Bagehot considerava que essas ‘fricções’ ou ‘causas perturbadoras’ eram, de fato, secundárias e quase negligenciáveis de forma que, no que concerne a elas, não tinha qualquer crítica a fazer à adoção do método dedutivo baseado no ‘homem econômico’. No entanto, ele considerava esse procedimento totalmente inadequado quando aplicado a sociedades tradicionais ou ‘não-econômicas’ pois, nelas “[...] *essas outras causas – que em alguns casos são umas e em outros, outras – são as mais ativas [...]*”(BAGEHOT, [1876], 1882: 106), não fazendo sentido trata-las como ‘residuais’.

Assim, apesar de se juntar à tradição ortodoxa na defesa da necessidade de uma análise econômica abstrata, esse economista acabou por se distinguir por sustentar explicitamente a relatividade histórica dos postulados da Economia Política – cuja validade estaria restrita apenas a sociedades comerciais avançadas como a Inglaterra.¹⁹ Ao contrário da maior parte dos economistas ortodoxos, ele estava pronto para admitir que muitas sociedades eram guiadas pelo costume e pelos hábitos, ou seja, eram o que ele denominou de sociedades ‘não-econômicas’ (Collini *et all*, 1983: 256). No que concerne a essas sociedades, os pressupostos assumidos pela Economia Política não seriam observados e as conclusões derivadas a partir destes não teriam validade. E ele é bem explícito a esse respeito:

[...] nenhum esforço intelectual pode ser mais absurdo do que tentar aplicar as conclusões da nossa Economia Política às vidas das nações em um estágio não-comercial de sua existência (BAGEHOT, 1882: 163).

Assim, ele se colocava claramente ao lado dos historicistas contra as pretensões universalistas da Economia Política Clássica. Sobre o *status* da economia ortodoxa ele afirma: “[...] *a nossa economia política [inglesa] não é algo questionável de validade ilimitada, mas algo muito certo e útil de extensão limitada*” (BAGEHOT, [1876], 1882:109).²⁰ Ele entende que “[...] *a sua autoridade deve ser defendida, mas suas fronteiras demarcadas.*” (BAGEHOT, [1876], 1882: 196).²¹

¹⁸ Ele aponta dois outros defeitos que derivavam dessa pretensão à universalidade e que colaboravam para o descrédito da Economia: o caráter árido da ciência, pela falta de ilustração histórica, e a correlata tendência a ficar no nível abstrato (sem se ocupar com a verificação) – uma vez que o estudo de sociedades específicas revelariam instâncias nas quais os princípios da ciência se aplicariam, mas também aqueles nos quais fracassam (BAGEHOT, [1876], 1882:106).

¹⁹ Segundo Moore, “*Bagehot estava convencido de que as leis da economia política ortodoxa poderiam resolver os problemas sociais e econômicos da Inglaterra, e endossou, portanto, o método abstrato e dedutivo a ela associado. No entanto, ao mesmo tempo, as suas próprias faculdades lidavam com o concreto, e ele desconfiava de generalizações vazias e não-operacionais [...]* Ele conseguiu reconciliar essas crenças ao tornar a aplicabilidade das abstrações relativas a um período e lugar”(MOORE, 1996:245).

²⁰ Como ele afirma em outra passagem: “[...] *temos que entender de forma clara onde ela [a Economia Política] está estabelecida e onde não está; isto é, a sua soberania deve ser defendida, mas as suas fronteiras demarcadas*” (BAGEHOT, [1876], 1882: 196).

²¹ No entanto, a metodologia de Bagehot não era apenas defensiva. Como afirma Moore, “[Bagehot] *era particularmente crítico das alternativas propostas pelos historicistas ao método dedutivo.*” (MOORE, 1996:242) Ele atacou o método indutivo defendido pelos historicistas, frisou que colecionar fatos não faria progredir a ciência, e que a abstração era fundamental para a Economia Política Ele diz que o

De fato, ele restringiu o campo em que a Economia Política seria aplicável, no entanto, no âmbito desse campo, ele sustentou afirmações bastante fortes sobre a validade da ciência. Isso não passou despercebido aos seus contemporâneos. Giffen, por exemplo, afirma na em 1880:

O que Bagehot fez foi [...] provar, contra as alegações da Escola Histórica, que existe uma época e sociedade – todo o mundo dos negócios da Inglaterra no presente momento, e uma grande parte de outras comunidades – na qual as hipóteses da Economia Política Inglesa são aproximadamente verdadeiras no concreto bem como no abstrato (GIFFEN, apud HODGSON, 2001: 73).²²

Além disso, como apontam Collini *et all* o relativismo de Bagehot era limitado, uma vez que ele acreditava que a racionalidade tenderia a vencer o costume e o hábito mesmo nessas sociedades ‘não-econômicas’, e que na medida em que isso ocorresse, a Economia Política se tornaria crescentemente aplicável (1983:257). Essa postura fica clara na seguinte passagem:

A Inglaterra foi a primeira – ou uma das primeiras – nação a mostrar essas características com tal vigor e tão isoladamente de forma sugerir a análise separada delas, mas na medida em que o mundo segue, características similares estão sendo desenvolvidas em uma sociedade após a outra[...] Da mesma forma que os ‘homens do mundo’ são iguais em todos os lugares, o grande comércio também é igual em todo lado. As peculiaridades locais, e as circunstâncias perturbadoras antigas caem em ambos os casos; e é desse comércio único e uniforme que cresce diariamente [...] que a economia política inglesa aspira ser a explicação.”(BAGEHOT, [1876], 1882: 108/9).²³

Os historicistas perceberam a natureza da defesa da Economia Política feita por Bagehot, e rejeitaram a sua saída. Apesar de concordarem plenamente com a ideia de que seria inadequado aplicar os princípios e preceitos da Economia Política a países muito diferentes da Inglaterra, a resposta apresentada por Bagehot não lhes pareceu convincente. Por conta das questões metodológicas já discutidas, eles acreditavam a Economia Política, tal como era desenvolvida, não seria adequada nem mesmo para a Inglaterra da época. A esse respeito Leslie afirma:

Apologistas recentes do método a priori e abstrato de raciocínio econômico se sentem forçados a confinar a sua aplicação ao estágio avançado da sociedade comercial [...] Ela é agora restrita por Mr. Bagehot a ‘um único tipo de sociedade’ [...] No entanto, o tipo de sociedade econômica que temos na

método (baconiano) que os historicistas sugerem foi tentado nas ciências físicas sem qualquer sucesso. Para ele, o método que foi bem sucedido nas ciências “[...] não tem sido aquele de descartar as especulações abstratas e sim de trabalhar essas especulações [working out abstract speculations].”(BAGEHOT, 1882:102). E, depois de defender a importância do raciocínio abstrato contra as críticas dos historicistas, Bagehot aproveita para dar uma alfinetada na teoria marginalista, que se opunha à ortodoxia: “[...] qualquer um que acredite que o que é ensinado na Inglaterra é objetável por ser muito pouco concreto em seu método e por se parecer pouco com a vida e os negócios, deve tentar as nova doutrina, que ele irá considerar muito pior nesses pontos”(BAGEHOT, 1882: 104)

²² Pelo fato de Bagehot acabar negando a validade universal da Economia Política, alguns autores como Blaug e mesmo Hutchinson o classificam como historicista. No entanto, essa visão não parece correta. Como coloca Moore (1996) ele era um economista clássico tentando defender a ortodoxia de um ataque que estava ganhando adeptos. Como aponta Neville Keynes, o Bagehot não limitou a economia política ortodoxa às sociedades modernas para fazer avançar o historicismo, e sim “[...] para concentrar a atenção no fenômeno econômico e para evitar distrações que resultariam de se desviar para os fenômenos superficialmente correspondentes, mas essencialmente diferentes de épocas anteriores.” (KEYNES, apud MOORE, 1996:246).

²³ Como conclui Zouboulakis: “[...] já que, de acordo com Bagehot, as sociedades evoluem de forma similar, o futuro pertence [lies ahead for] à economia política inglesa.” (1999:86).

Inglaterra [...] é uma que exhibe por todos os lados a influência de costumes, tradições, leis, instituições políticas, sentimentos religiosos e morais: é uma sociedade na qual o Estado, a Família, e mesmo a Igreja são elementos poderosos [...] e na qual os objetivos dos indivíduos, [...] a estrutura do comércio e as profissões não podem ser explicadas sem levar em conta a sua história (LESLIE, apud BLADEN, 1941: 19).

De toda forma, na avaliação de Zouboulakis (1999: 89), com a sua defesa original, Bagehot contribuiu para fortalecer o Programa de Pesquisa Ricardiano contra os ataques dos historicistas na década de 1870.

III.2. A resposta de Jevons ao desafio historicista:

O ataque de William Stanley Jevons contra a ortodoxia de Ricardo/J.S.Mill é bem conhecido pelos economistas. Ele se rebela contra ‘a influência nociva’ da autoridade exercida por essa Escola, e certamente reserva boa parte de sua munição para derrotá-la. Posiciona-se contra a sua teoria do valor e clama por uma Economia não só abstrata e dedutiva, mas, sobretudo, matemática. No entanto, como argumentado anteriormente, a ortodoxia clássica não era a única frente na qual ele tinha que combater. O desafio historicista também tinha como alvo o seu projeto para a Economia – e esse era um adversário poderoso e que não podia ser ignorado. Como afirma Robertson:

Por um tempo parecia que a ‘Escola Histórica’ poderia se erguer de forma a empurrar a economia como ciência, pelo menos temporariamente, para um lado. T.E. Cliffe Leslie [...] tinha protestado contra o que ele chamou de economia política *a priori* [...] Talvez a oposição mais severa ao que Jevons representava tenha vindo do [...] Professor J.K. Ingram (ROBERTSON, 1951: 230).

Por conta disso, Jevons também não ficou indiferente às críticas proferidas pela Escola Histórica. Afinal, ao criticarem o método dedutivo e abstrato na economia, os historicistas também miravam o incipiente projeto marginalista de substituição à ortodoxia clássica. E Jevons reconhece a importância e influência dessa vertente rival. Em 1876, ele afirma:

É impossível ignorar o fato de que uma escola de autores que adotam uma visão radical das reformas necessárias em nossa ciência tem gradualmente se tornado importante. Eles questionam até mesmo a validade do método dedutivo [...] [e] defendem que a ciência tem que ser totalmente modificada em termos de método e de conteúdo, e que deve tomar a forma de uma ciência histórica [...] (JEVONS, 1876: 620)²⁴

A importância atribuída aos estudos históricos e estatísticos por Jevons, o fato de ser um economista aplicado²⁵, e também a circunstância de terem como alvo comum a

²⁴ No Prefácio à 2ª edição da TEP ele volta a essa questão nos seguintes termos: “Uma discussão digna de nota tem ocorrido recentemente [...] sobre o método lógico da ciência [da economia política], que envolve até a questão de se existe tal ciência [...] É evidente, portanto, que uma atitude de crítica muito ativa está se espalhando, que dificilmente falhará em minar ao final o prestígio das falsas velhas doutrinas. Mas o que será colocada no seu lugar? [...] O Sr. Cliffe [...] reconstruiria a ciência em um modo puramente indutivo. Ela terá ou a natureza de uma miscelânea de fatos desconexos, ou terá que ser um ramo da [...] Sociologia.” (JEVONS, [1879] 1888: xiv).

²⁵ A posição que Jevons assume nesse debate é interessante por ele ter se dedicado a estudos aplicados, e por ter genuíno interesse em investigações empíricas. Na verdade, ele já era conhecido por seus trabalhos aplicados – em especial por seu *The Coal Question* (1865) – antes de ter publicado o seu livro *A Teoria da Economia Política* em 1871. E esses trabalhos tiveram, segundo Collison Black, uma aceitação melhor do que a sua proposta de economia teórica pura, devido “[...] ao simples fato de que eram estudos indutivos” (1962:217), já que esse tipo de investigação estava bastante em voga na época.

ortodoxia vigente fizeram com que Jevons e os historicistas se alinhassem em alguns pontos.

De fato, Jevons valorizou a investigação histórica em medida maior do que os autores ortodoxia clássica e procurou abrir um espaço para ela na Economia. A esse respeito ele afirma:

[...] Eu estou longe de pensar que o tratamento histórico da nossa ciência é falso ou inútil. Pelo contrário, eu o considero indispensável. O estado presente da nossa sociedade não pode ser explicado somente pela teoria. Temos que levar em conta o longo passado, do qual estamos constantemente emergindo. (JEVONS, 1876: 622).²⁶

Ele discordava, entretanto, da intenção historicista de substituir a teoria abstrata existente por um estudo indutivo e histórico dos fenômenos econômicos, que levaria, no seu entender, à destruição desse ramo do saber e à virtual subsunção dessa ciência na Sociologia. Jevons acusa Leslie e Ingram da ‘falácia da exclusividade’ (*fallacy of exclusiveness*), e afirma:

Eu não consigo facilmente conceber um assunto para investigação mais interessante ou útil do que aquele que o professor Leslie advoga e pratica. É absolutamente essencial que nós encararemos o presente à luz do passado; no entanto, eu discordo dele inteiramente quando ele defende que a economia política histórica deve destruir e substituir a teoria abstrata que previamente ocupava previamente o lugar da ciência [*has previously held the place of the science*] (JEVONS, 1876: 623).²⁷

A proposta de Jevons era empreender os dois tipos de investigação (teórico e histórico) lado a lado. Nesse sentido ele afirma:

[...] ao invés de converter a ciência atual em uma ciência histórica, destruindo-a totalmente no processo, eu iria aperfeiçoar e desenvolver o que já possuímos, e, simultaneamente, erguer um novo ramo da ciência social sobre uma fundação histórica [...]. A ciência da Evolução das Relações Sociais (JEVONS, [1879] (1888): 20).²⁸

A proposta de divisão da Economia em vários ramos de investigação foi, na realidade, resposta de Jevons ao desafio historicista. Ele afirma que a economia não deveria mais ser tratada mais como uma única ciência (JEVONS, 1876: 624), muito pelo contrário:

[...] A subdivisão é o remédio. Temos que distinguir o elemento empírico da teoria abstrata, da teoria aplicada e da arte mais detalhada das finanças e administração. Desta forma, irão surgir as várias ciências, tais como a estatística comercial, a teoria matemática da economia, a economia descritiva e sistemática, a sociologia econômica e a ciência fiscal (JEVONS, 1879: xvi).

²⁶ Ele diz: “Eu concordo com esses economistas eminentes [Leslie e Ingram] a ponto de aceitar que a investigação histórica é de grande importância” (JEVONS, [1879] 1888, 20). E frisa que é importante que os economistas façam o que Maine fez na Jurisprudência, ou seja: “[...] mostrar que todo [...] fato social é o produto do passado [...]” (JEVONS, 1876:622/3).

²⁷ Ele acusa Leslie de querer eliminar o método dedutivo na sua crítica à economia ortodoxa: “[...] no que se refere ao destino do método dedutivo, eu discordo totalmente [...]] do Sr. Leslie; ele é a favor de seu abandono [deletion]; eu sou por uma ampla reforma e reconstrução” (JEVONS, 1879: xv).

²⁸ Sobre os historicistas ele afirma que “[...] podem ter sucesso na construção da nova ciência, mas eles não vão revolucionar e destruir totalmente a velha da forma como parecem supor.” (JEVONS, 1876: 624).

E no que concerne o campo da teoria econômica propriamente dita, ele reafirma enfaticamente que o método de investigação adequado seria o dedutivo e matemático.²⁹ Para Jevons, os princípios básicos da economia política são tão [...] *amplamente verdadeiros e aplicáveis, que podem ser considerados universalmente verdadeiros no que diz respeito à natureza humana.* (JEVONS, 1876: 624). E esta seria a base segura para a teoria dedutiva, abstrata e matemática da Economia Política. Nas suas palavras:

A teoria da ciência consiste daquelas leis que são tão simples na sua natureza, e tão profundamente fundada na constituição do homem e do mundo externo, que eles permanecerão as mesmas ao longo de todas as épocas sob nossa consideração (JEVONS, 1876: 625).³⁰

E seria a teoria (abstrata, dedutiva e universal) que forneceria a chave para a interpretação dos eventos históricos³¹:

[...] os princípios básicos da economia política são tão largamente aplicáveis que podem ser considerados universalmente verdadeiros no que concerne à natureza humana. A economia política histórica, longe de deslocar a teoria econômica, irá tão somente exibir e verificar a ação longa e contínua das suas leis nos mais diferentes estados. (JEVONS, 1876: 624).³²

Assim, apesar de valorizar genuinamente a história, fica claro que Jevons inverte totalmente o método proposto pelos historicistas. Ao invés de chegar aos ‘princípios econômicos’ por meio de um estudo indutivo e histórico minucioso, ele propõe entender a história à luz dos princípios universais e imutáveis da teoria econômica.

Desta forma, Jevons abre um espaço para a investigação histórica, mas certamente não foi aquele almejado pelos historicistas. Não só ele exclui o estudo histórico do domínio da *teoria econômica*, como não deixa dúvidas quanto a precedência da teoria dedutiva e universal em relação aos demais ramos da Economia. Assim, ele claramente rejeita tanto o relativismo teórico de Bagehot (que restringia a validade ciência dedutiva da Economia Política aos estados avançados como a Inglaterra), como o dos historicistas (que reivindicavam que cada sociedade seria regida por princípios diferentes, que deveriam ser descobertos de forma histórica e indutiva).

²⁹ Na Introdução à *Teoria da Economia Política* ele reproduz (de forma surpreendentemente elogiosa) a defesa metodológica que Mill faz da dedução na Economia a partir de algumas leis psicológicas simples conhecidas por introspecção (exemplo, que um ganho maior é preferido a um menor). A única diferença considerável entre a metodologia da ortodoxia vigente e a de Jevons dizia respeito à sua visão de que a Economia, além de ser dedutiva e abstrata seria também matemática na sua natureza.

³⁰ Ele advoga uma *teoria econômica* mais restrita do que a teoria ortodoxa vigente – que trataria da “[...] *mecânica da utilidade e auto-interesse.*” (JEVONS, 1876:626)..

³¹ Ele dá um exemplo dos esquimós, que tem hábitos concernentes à propriedade diferentes, mas que podem ser explicados com base nas leis universais da teoria econômica. Observa-se que se um esquimó tem dois barcos e outro não tem nenhum, o primeiro deixará com que o segundo utilize o barco (e eles não têm o hábito de devolver o que pegam emprestado). Jevons explica esse fato recorrendo à lei da utilidade marginal decrescente, o primeiro barco é fundamental para sobrevivência, mas a relevância do 2º é bem menor, por isso pode ser dispensado. Explica diferenças culturais com base nos mesmos princípios utilizados em outras sociedades (JEVONS, 1876: 623). Sugere que os princípios da Economia valem mesmo para animais mais evoluídos como cachorros: “*Eu não devo desistir [I should not despair of] de traçar a ação dos postulados da economia entre algumas das classes mais inteligentes de animais. Os cachorros certamente têm ideias fortes, apesar de talvez limitadas, de propriedade, como você rapidamente descobre quanto se coloca entre o cachorro e seu osso.*”(JEVONS, 1876: 624).

³² A relação entre as leis universais e as ocorrências circunstanciais é descrita da seguinte forma: “[...] *A teoria da ciência consiste daquelas leis gerais que são tão simples na sua natureza, e tão profundamente baseada na constituição humana e do mundo externo, que elas permanecem iguais ao longo de todas as épocas que estão sob nossa consideração [...] Da mesma forma que há uma ciência geral da mecânica, há uma ciência geral ou uma teoria da economia*”(JEVONS, 1876: 625).

Fica claro, então, que, embora Jevons tenha mantido relações cordiais com os historicistas, eles estavam em campos opostos na ‘batalha dos métodos’.³³ E essas diferenças não escaparam aos historicistas.³⁴ Cliffe Leslie descreve nos seguintes termos a solução de jevoniana:

O Sr. Jevons concorda totalmente com a necessidade da indução histórica para estabelecer os fenômenos econômicos da sociedade e suas leis, mas a colocaria aparte como um ramo da ciência da sociedade sob o nome de sociologia econômica, restringindo o termo economia política [...] à teoria deduzida a partir de fatos conhecidos, axiomas ou hipóteses sobre a conduta ditada pelo interesse pessoal (LESLIE, 1879: 158).

E em seguida rejeita explicitamente esse projeto de separar a investigação histórica da teórica ao afirmar: “[...] *tudo o que Sr. Jevons classifica aparte sob o nome de sociologia econômica, tem o direito lógico a um lugar dentro do domínio da economia política.*” (LESLIE, [1879], 1984: 158).

Para os historicistas, a teoria econômica de Jevons estaria sujeita à maior parte das críticas dirigidas à Economia ortodoxa. Ela também partia de um ‘homem econômico’ – que maximizava utilidade ao invés de riqueza – era dedutiva, abstrata e desconsiderava as diferenças culturais e históricas existentes entre diferentes povos e diferentes épocas.³⁵ Além de tudo isso, eles também achavam uma perda de tempo o projeto de construir uma economia matemática.³⁶

De toda forma, como argumenta Peart, a solução ‘conciliadora’ de Jevons contribuiu para afastar a Economia do projeto historicista:

[...] a economia se distanciou, com Jevons a empurrando, um passo de Mill e talvez dois dos Historicistas ao final da década de 1870. Subdivisões, com a teoria econômica sendo colocada numa posição superior [...] reverteram a ordem científica imaginada por J.K. Ingram e Cliffe Leslie (PEART, 2001: 371).

V. Considerações finais:

A ‘batalha dos métodos inglesa’ não foi resolvida na década de 1870. Vimos que os historicistas não julgaram as respostas de Bagehot e de Jevons satisfatórias e os embates metodológicos continuaram, com outros protagonistas, ao longo da década seguinte, sem que nenhuma posição fosse capaz de unir a dividida comunidade dos

³³ Essa também é a posição defendida por Collison Black: “[...] *parece correto interpretar que Jevons foi atacado, e não apoiado, pelos escritos da ‘escola histórica inglesa’*” (COLLISON BLACK, 1962: 214/5). Apesar disso, Collison Black afirma que ao final da década de 1870, quando já começava a ter sua teoria reconhecida, Jevons pôde se dar ao luxo de “[...] *adotar uma visão magnânima de tais críticas e tratar a visão histórica da Economia como complementar, e não simplesmente rival, à visão matemática [...]*” (COLLISON BLACK, 1962:215).

³⁴ Leslie via como positiva a centralidade que Jevons dava à teoria do consumo. Todavia, mesmo nesse ponto há divergências importantes quanto ao método correto de investiga-la. Ele diz: “*Um objetivo da economia política é certamente a substituição das abstrações vagas, tais como desejo de riqueza e aversão ao trabalho, por uma verdadeira teoria do que Jevons denomina de ‘leis das necessidades/desejos’ humanos. No entanto, uma ampla investigação histórica deve preceder a construção dessa teoria verdadeira [...]*” (LESLIE, [1879], 1984: 162).

³⁵ Sobre a matemática, que é, como vimos, uma inovação metodológica que Jevons introduz em relação à ortodoxia, Leslie também não se mostra entusiasmado, ele não acha que seja o método adequado, e nem expediente. E afirma: “*Lamentamos que tanto do raciocínio do Sr. Jevons é colocado em uma forma matemática*” (LESLIE, [1879], 1984: 160). Ingram, por sua vez, afirmou que o uso matemática na Economia seria “[...] *puro desperdício de poder intelectual sem qualquer futuro*” (INGRAM, apud ZOUBOULAKIS, 1999: 98).

economistas. A ‘paz’ só foi reencontrada com a publicação dos *Princípios* de Marshall no início da década de 1890 e com o consenso conseguiu entre os economistas.³⁷ E, apesar de historicistas como William Cunningham e William Ashley continuarem protestando, suas vozes deixaram de ser ouvidas pela comunidade dos economistas.

Marshall acompanhou o debate metodológico e é seguro dizer que existe mais do que uma pitada de historicismo na sua obra.³⁸ Ele abandonou a abstração homem econômico, e afirmou “[...] *lida com o homem tal como ele é [...] com o homem de carne e osso*” (MARSHALL, [1920], 1982:22), que tem diversas motivações, e nem todas auto-interessadas (idem). E com isso transcende a divisão entre ‘verdades abstratas’ e ‘concretas’ de Mill. Ele criticou duramente as pretensões universalistas da ‘velha geração’ dos economistas e enfatizou que a Economia a doutrina econômica não seria “[...] *um corpo de verdades concretas, e sim um mecanismo de descoberta de verdades concretas [...]*”(MARSHALL, 1885:159), e que estas verdades poderiam variar (e provavelmente variariam) conforme as circunstâncias.

No que concerne ao método de investigação, ele se situou em um terreno intermediário entre os historicistas e Jevons. Se, por um lado, não aceitou a proposta historicista de uma economia puramente indutiva e ressalta a importância a importância da teoria na análise dos fatos.³⁹ Por outro, rejeitou veementemente a saída de Jevons de subdividir a economia, e desenvolver como ramos separados com métodos diferentes a teoria matemática, abstrata e dedutiva, de um lado, e o ramo indutivo e histórico da sociologia econômica de outro. Isso, na prática, isolava o que Jevons chamava de a Economia propriamente dita (ou *economics proper*), dos fatos e da história.⁴⁰ Na opinião de Marshall, a Economia propriamente dita necessariamente envolvia uma combinação dos métodos dedutivo e indutivo. Como aponta Shove:

[A] resposta de Marshall [ao desafio lançado pela Escola Histórica] foi a por meio da combinação de métodos — não somente a história permeada por teoria, mas teoria (como nos *Princípios*) nutrida, modificada e ilustrada por fatos históricos e contemporâneos (SHOVE, 1942: 308/9).⁴¹

Como aponta Coats, “[essa] *mistura de indução e dedução, análise matemática e não-matemática, economia teórica e aplicada desarmou os críticos [...]*” (COATS, 1993:107). É verdade que nem todos ficaram satisfeitos, mas um novo clima passou a prevalecer na comunidade de economistas e as controvérsias paulatinamente perderam importância.

³⁷ Outro livro importante para apaziguar o debate metodológicos foi o importante livro *The Scope and Method of Political Economy* de John Neville Keynes.

³⁸ Hogson chega a dizer de forma provocativa: “*Marshall foi ele mesmo um produto e uma parte da tradição da escola histórica.*” (HODGSON, 2005: 342).

³⁹ “*Por mais ávido por fatos que o economista tenha que ser, ele não pode contentar-se com meros fatos [...] Ele tem que manter-se firme no projeto mais árduo de interrogar os fatos de forma a aprender o modo de ação das causas individualmente e conjuntamente, aplicando esse conhecimento para construir um corpo [organon] de teoria econômica, e depois fazer uso da ajuda fornecida por esse corpo [organon] para lidar com o lado econômico dos fenômenos sociais. Ele irá, assim, trabalhar à luz dos fatos, mas a luz não será dirigida diretamente, ela será refletida e contrastada pela ciência*” (Marshall, 1885, p. 171).

⁴⁰ Em carta a Edgeworth ele afirma: “*‘Teoria Econômica’ é, na minha opinião, um impostor tão danoso quando se autoproclama ser a economia propriamente dita, quanto a mera história crua e não analisada [crude unanalyzed history].*” (MARSHALL, apud BLADEN, 1942:23)

⁴¹ Marshall na mesma carta a Edgeworth diz que aceitar a proposta de Jevons ou aquela dos historicistas seria como trocar seis por meia dúzia. Para ele, ambas seriam parciais: “[...] *o principal ponto do meu apelo é que o trabalho do economista é ‘desembaraçar os efeitos conjuntos de causas complexas’; e que para isso, o raciocínio mais geral é essencial, mas um cuidadoso e amplo estudo dos fatos é igualmente fundamental; e que a combinação dos dois lados desse trabalho é o que caracteriza a economia propriamente dita [is alone economics proper].*” (MARSHALL, apud BLADEN, 1942:23).

No entanto, apesar da sua inquestionável autoridade, o rumo que a economia seguiu no século XX, não foi exatamente o defendido por Marshall e sim algo bem mais parecido com a proposta de reservar espaços diferentes para o desenvolvimento da teoria econômica (abstrata, dedutiva e matemática) e para a história econômica.⁴² Como afirma Schabas: “[...] *Parece que Jevons, ao estimular tanto o método histórico como o matemático, gerou o programa mais viável.*” (SCHABAS, 1990:112/3).

E talvez o próprio Marshall em alguma medida tenha colaborado para isso com a sua atuação institucional em Cambridge. Ele utilizou a sua enorme influência para criar um curso independente de Economia – disciplina que antes integrava o *Tripes* de Filosofia Moral. A ênfase nesse novo curso recaiu sobre a teoria econômica, e a história e teoria aplicada ficaram em segundo plano – o que ajudou a mudar a formação do economista.⁴³ Além disso, a sua decisão de preterir Herbert S. Foxwell, um economista com simpatias historicistas, e trabalhar pela candidatura de Artur Cecil Pigou para a sua sucessão na cadeira de Economia de Cambridge e significou uma guinada em Cambridge. Segundo Hodgson a contratação de Pigou “[...] *marcou um fim de um período de engajamento de Cambridge com a [...] escola histórica [...]*” (HODGSON, 2005: 342).

De toda forma, na década de 1920, o projeto historicista de transformar radicalmente o estudo da economia já havia fracassado. A Economia já se encontrava compartimentalizada nas universidades entre teoria econômica, economia aplicada, e a história econômica. E esse foi o campo no qual os economistas historicistas acabaram por encontrar abrigo. Na descrição de Hodgson:

Sendo gradualmente colocados de lado nas disputas acadêmicas, vários membros da Escola Histórica Britânica se direcionaram para disciplina de história econômica [...] e abandonaram a teoria econômica aos teóricos (HODGSON, 2005: 343).⁴⁴

No entanto, apesar de não terem conseguido atingir os seus objetivos no que concerne à substituição da economia dedutiva, os historicistas conseguiram em alguma medida modificar a forma como a economia era feita e apresentada. Como aponta Coats (1954:152) por conta das críticas dessa escola, as hipóteses adotadas passaram a ser explicitadas e qualificadas, os economistas passaram a ter mais cuidado ao se referir à teoria abstrata para advogar políticas, e ainda passou-se a ter um reconhecimento mais

⁴² Como aponta Schabas, apesar de garantirem a existência da história econômica dentro do currículo universitário, com sua luta os historicistas no fringir dos ovos “[...] *não impediram o estudo da economia pura, e muito menos o uso da matemática. Nem resistiram à guinada em direção ao tratamento da economia de escopo universal [...]*” (SCHABAS, 1990:112/3).

⁴³ Historicistas como Cunihngham e mesmo Foxwell que tinha uma postura bem mais moderada, protestaram contra o pouco conteúdo histórico e aplicado no recém formado curso de Economia (estabelecido por Marshall em 1903). Segundo Hodgson, “[...] *dois anos inteiros eram dedicados à teoria econômica, com apenas um ano sobrando para economia aplicada, história econômica e política.*”(HODGSON, 2001: 107)

⁴⁴ Em 1927, Ashley importante economista historicista do final do século, declara como 1º presidente da Sociedade de História Econômica da Inglaterra: “[...] *os economistas teóricos estão prontos para nos manter quietos ao nos dar um pequeno pedaço de jardim que seja nosso; e nós humildes historiadores ficamos tão gratos por um pouco de território livre de disputa que estamos inclinados a deixar os economistas aos seus próprios métodos.*”(KOOT: 1980:174/5). Koot diz que esse comentário de Ashley reflete uma insatisfação da sua parte com o papel que a história desempenhava na época. “*Ashley [...]* não estava disposto a aceitar a compartimentalização dos estudos econômicos em teoria econômica, economia aplicada e história econômica. Foi ao longo da carreira de Ashley que esses campos começaram a ser reconhecidos como disciplinas separadas, apesar de relacionadas, nas universidades britânicas.” (KOOT, 1980: 175). A sua pretensão era mudar a forma como a economia era feita, mas não teve sucesso nisso, apesar de ter tido muito sucesso em consolidar a história econômica como uma disciplina independente (idem 192).

amplo da relação complementar entre dedução e indução do que existia antes. No entanto, segundo o comentador, com esses ajustamento e correções, os economistas “[...] preservaram a tradição ao cortar o solo por debaixo dos pés de seus críticos” (COATS, 1954: 153).

De toda forma, formou-se um novo consenso na comunidade dos economistas e, com essa nova configuração, houve uma espécie de trégua entre as diversas correntes antes em conflito. No entanto, como sugere Bladen (1941:25), fica-se com a impressão de que elementos fundamentais do historicismo foram ignorados nos ‘termos de paz’. A avaliação de Collini *et all* em relação ao legado dos historicistas vai nesse sentido:

De fato, dentro da economia em si eles dificilmente ganharam qualquer vitória duradoura: [...] o rumo tomado no século vinte pela disciplina recentemente profissionalizada dificilmente era aquela demandada por Cliffe Leslie na década de 1870. (COLLINI et all, 1983:274).⁴⁵

V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BAGEHOT, W. [1876] (1880) “The Postulates of English Political Economy”. In *Economic Studies*. Ed. Holt Hutton, Logmans, Green and Co, London.
- BLADEN, V.W. (1941) “Mill to Marshall: The Conversion of the Economists”. In *The Journal of Economic History, Vol.1, Supplement: The Tasks of Economic History*, p. 17-29.
- COATS, A.W. (1954) “The Historicist Reaction in English Political Economy 1870-90”. In *Economica*, vol.XXI, n.82, p.143-153.
- (1993) “Sociological aspects of British Economic Thought (ca.1880-1930)”. In *The Sociology and professionalization of Economics: British and American Economic essays. Vol. II*. Routledge, London
- COLLINI, S. *ET ALII*. (1983) “Particular polities: political economy and the historical method”. In *That Noble Science of Politics: A Study in nineteenth-century intellectual history*. Cambridge, Cambridge University Press.
- COLLISON BLACK, R.D. (1953) “The Classical Economists and the Irish Problem”. Oxford Economic Papers, New Series, vol 5, n.1.
- (1962) “W.S.Jevons and the Economists of his time”. In *The Manchester School*, vol. 30, issue 3.
- (2002) “The political economy of Thomas Edward Cliffe Leslie (1826-1882): a re-assessment”. In *European Journal of Economic Thought*, 9:1.
- DEAN, P. (1989) *The State and the Economic System: An introduction to the History of Political Economy*. Oxford University Press, Oxford and New York.
- FOXWELL, H.S. (1887) “The Economic Movement in England”. In *The Quarterly Journal of Economics*, vol.2 n.1, p.84-103.
- GRAY, P. *The Irish Famine*. Series New Horizons, Thames and Hudson Ltd, London, 1995.

⁴⁵ Todavia, Maloney afirma que esse fenômeno ocorreu somente dentro da Economia. Nas demais ciências sociais o historicismo continuou a ter influência: “A vitória quase completa da concepção dedutiva de ciência depois de 1890 é capaz de obscurecer o fato de que essa foi decididamente uma trajetória excepcional [deviant shift] dentro do contexto intelectual mais geral. O relativismo histórico continuou a dominar a sociologia, o direito, a antropologia, e mesmo, - graças ao trabalho de Herbert Spencer - a filosofia moral (MALONEY, 1976:448).

- GROENEWAGEN, P.D. (1988) "Alfred Marshall and the Establishment of the Cambridge Economic Tripos. In *History of Political Economy*, vol. 29, n.4.
- HANDS, W. (2001) *Reflexion without rule: Economic Methodology and Contemporary Science Theory*. Cambridge University Press.
- HODGSON, G. (2001) *How Economics Forgot History: The problem of historical specificity in social science*. Routledge, London and New York.
- HUTCHINSON, T.W. (1953) *A Review of Economic Doctrines 1870-1929*. Oxford Clarendon Press, Oxford.
- INGRAM, I. (1878) "The present position and prospects of political economy". The Introductory Address delivered in the Section of Economics and Statistics of the *British Association for the Advancement of Science*, at Dublin.
- JEVONS, W.S.(1876) "The Future of Political Economy". *The Fortnightly Review* (New Series), XX.
- [1879](1888) Prefaces and Introduction. In *The Theory of Political Economy*, 3rd edition. McMillan and Co, London and New York.
- KEYNES, J.N.[1890](1985) "The Scope and Method of Political Economy." In *The Philosophy of Economics: An Anthology*. Org. Daniel Hausman. Cambridge University Press, 1985.
- KINZER, B.L. *England's disgrace: J.S. Mill and the Irish Question*. University of Toronto Press, Toronto, 2001.
- KOOT, G.M. (1975) "T.E. Cliffe Leslie, Irish social reform, and the origins of the English historical school of economics". In *History of Political Economy*, vol 7, n.3.
- KOOT, G.M. (1980) "English historical economics and the emergence of economic history in England". In *HOPE*, vol. 12, n.2.
- LESLIE, T.E.C. [1870] (1888) "The political economy of Adam Smith". In *Essays in Political Economy*. Second Edition, Longmans, Green & Co, London.
- [1876] (1888) "On the Philosophical Method of Political Economy. In *Essays in Political Economy*. Second Edition, Longmans, Green & Co, London.
- [1879] (1888) "Political Economy and Sociology" In *Essays in Political Economy*. Second Edition, Longmans, Green & Co, London.
- [1879] (1984)"Untitled Review of the Second Edition" [of Jevons's *The Theory of Political Economy*]. In *Papers and Correspondence of William Stanley Jevons*, Vol. VII. Editor R.D Collison Black, The Macmillan Press, London.
- MALONEY, J. (1976) "Marshall , Cunningham and the Emerging Economics Profession". In *The Economic History Review*, vol. 29.
- (2008) "Historical economics, British". In *The New Palgrave Dictionary of Economics*, Second Edition. Editors S.N Deulauf and L. E. Blume.
- MARSHALL, A. [1885] (1966) "The present position of Economics". In *Memorials of Alfred Marshall*. Ed. A.G.Pigou. A.M.Kelley, New York.
- [1887] (1966) "The old generation of economists and the new". In *Memorials of Alfred Marshall*. Ed. A.G.Pigou. A.M.Kelley, New York.
- MILL, J.S. [1844] (1967) "On the definition of Political Economy and the Method of philosophical investigation in that science". In *CW IV*, University of Toronto Press, Toronto.
- MOORE, G. (1995) T.E. Cliffe Leslie and the English Methodenstreit. In [*Journal of the History of Economic Thought*](#) , vol.17, issue 1.
- (1996) "Bagehot as an applied economist". In [*Journal of the History of Economic Thought*](#) , vol. 18, issue 2.

- PEART, S. (2001) "Theory, Application and the Canon: The case of Mill and Jevons." *Reflections on the Classical Canon in Economics: Essays in Honor of Samuel Hollander*. Ed. Evelyn L. Forget and Sandra Peart. London: Routledge.
- PERSKY, J. (1995) "Retrospectives: The Ethology of Homo Economicus". In *Journal of Economic Perspectives*, vol. 9, n.2.
- ROBERTSON, R.M. (1951) "Jevons and his precursors". In *Econometrica*, vol. 19, n.3. <http://www.jstor.org/stable/1906812>, accessed 10/06/2016 19:26:47.
- SHABAS, M. (1990) *A World Ruled by Number: William Stanley Jevons and the rise of mathematical economics*. Princeton University Press, Princeton, New Jersey.
- SHOVE, G.F. "The Place of Marshall's Principles in the Development of Economic Theory". In *The Economic Journal*, vol.52, n.208, 1942, pp.294-329.
- TRIBE, K. "Historical Schools of Economics: German and English" in Keele Economic Research Paper (KERP 2002/2). Download: www.keele.ac.uk/depts/ec/web/wpapers/kerp0202.pdf.
- ZOUBOULAKIS, M. (1999) "Walter Bagehot on economic methodology: evolutionism and realism". In *Journal of Economic Methodology*. 6:1.
- (2008) "Contesting the autonomy of political economy: The early positivist criticism of economic knowledge". In *European Journal of Economic Thought*, 15:1.